



ENERGIA, COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E O FUTURO DE PORTUGAL

1. Os signatários, preocupados com a evolução da economia nacional na última década, em particular no que respeita às políticas seguidas na área da energia, que consideram profundamente erradas, publicaram dois Manifestos, um em 7 de Abril de 2010 e outro em 12 de Maio do corrente ano.
2. O primeiro dedicou-se essencialmente à situação insustentável do sector eléctrico, e o segundo lembrou que os principais pontos do primeiro documento tinham sido plenamente confirmados por várias entidades, nomeadamente pelo Conselho Tarifário da ERSE e pela DECO e culminando com o teor do memorando acordado com a *troika*.
3. O grupo de signatários reúne um conjunto de especialistas com um vasto conhecimento económico e energético do País, razão pela qual consideram seu dever cívico continuarem a dar o seu contributo para a pesquisa das melhores soluções no sentido de Portugal reencontrar rapidamente a sua viabilidade enquanto nação independente e capaz de oferecer prosperidade aos seus cidadãos.
4. A mudança de Governo entretanto ocorrida levou os signatários a preparar um novo documento, que pretende abordar uma incontestável ameaça para as contas nacionais, designadamente a factura decorrente da elevada dependência energética do País. Apesar dos **sobrecustos impostos aos consumidores domésticos** com a política de promoção das energias renováveis **intermitentes**, sobrecustos esses que nos últimos cinco anos somaram mais de 7000 milhões de euros e ameaçam levar a um aumento brutal das tarifas no próximo ano, o país viu a sua factura de importação líquida de energia em 2010 aumentar 1400 milhões de euros em relação a 2009. E a factura em perspectiva para 2011 ameaça vir a tornar-se um recorde histórico, **anulando o bom comportamento das exportações**.
5. Este novo Manifesto pretende igualmente comentar de forma realista o potencial da eficiência energética na contribuição para a solução dos problemas da economia nacional e, por último, a necessária reformatação do sector eléctrico.




O CUSTO DO PETRÓLEO, UMA NOVA AMEAÇA À ECONOMIA NACIONAL

6. A elevada dependência da nossa economia relativamente aos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) não se resolve pela aplicação de medidas e soluções erradas e com evidente irracionalidade económica. As energias renováveis de geração eléctrica podem e devem dar, sempre que possível e economicamente razoável, a sua contribuição para o aproveitamento do potencial endógeno e para a diversificação do *mix* energético, mas infelizmente não conseguem, só por si, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis de forma significativa.
7. A política energética portuguesa no domínio das energias renováveis centrou-se na última década na promoção de algumas dessas energias, nomeadamente a eólica e a fotovoltaica, esquecendo durante muito tempo as biomassas e continuando alheada dos biocombustíveis. A eólica e a fotovoltaica são projectos de capital intensivo que têm saído muito caros a Portugal, sobretudo numa altura em que o país se encontra sem recursos e altamente endividado. Além disso, trata-se de energias intermitentes e incontrolláveis, que exigem, para percentagens de constituição do *mix* energético como as já atingidas em Portugal, a disponibilidade de outras fontes de reserva, de dispendiosos meios de armazenamento e de pesados reforços da rede de transporte, multiplicando na prática o investimento relativo à potência instalada nessas renováveis intermitentes

RENOVÁVEIS E PETRÓLEO

8. Nem a energia eólica, nem a fotovoltaica (nem a própria energia nuclear, acrescentando-se) reduzem a nossa dependência do petróleo importado, na medida em que:
 1. Em Portugal continental desde há muito que o petróleo não é utilizado de forma significativa na produção de electricidade. A central do Carregado foi parcialmente reconvertida para gás natural e a central de Setúbal há muito que está parada, e é apenas na cogeração não renovável, outra forma de produção de electricidade altamente beneficiada na última década, que o fuelóleo constitui cerca de 30% da energia primária. Porém, como esta cogeração também não é controlável, dado o Regime Especial de que desfruta, o seu consumo de derivados de petróleo em nada foi reduzido pelo insustentável crescimento das renováveis intermitentes.


- 
2. O consumo de petróleo para fins energéticos verifica-se basicamente no sector dos transportes, que recorrem aos combustíveis líquidos extraídos do petróleo.
 3. Apenas se, e quando, se observar uma massificação dos veículos eléctricos é que a electricidade poderá substituir parcialmente os combustíveis líquidos utilizados nos transportes.
 4. As renováveis, incluindo a grande hídrica, conseguiram entre 2009 e 2010, uma redução da produção térmica de 6408 GWh, o que significou apenas uma redução de importação de carvão em 154 milhões de euros, não tendo havido diminuição significativa da importação de gás natural para a geração eléctrica. Isto resultou sobretudo de um Inverno excepcionalmente pluvioso. A produção total de energia eléctrica, a partir de fontes renováveis, regista um decréscimo de 19% no 1º semestre de 2011, relativamente a igual período de 2010. Em consequência, registou-se de novo um maior recurso às importações de carvão e gás natural, apesar do aumento da potência eólica instalada e de uma diminuição do consumo nacional de energia eléctrica de cerca de 2,5 % em virtude da crise económica.

VEÍCULO ELÉCTRICO

5. O veículo eléctrico não está ainda suficientemente desenvolvido para poder constituir uma alternativa ao automóvel convencional. Tem ainda problemas delicados a resolver, como a reduzida capacidade de armazenamento, o peso e o preço das baterias, para além dos problemas operacionais para o seu carregamento. As previsões mais optimistas não antecipam a massificação do carro eléctrico antes de 2030, pelo que não se justifica a instalação de mais energias renováveis, nomeadamente as eólicas, com o objectivo de abastecerem de electricidade esses novos carros.


PETRÓLEO E TRANSPORTES

6. No caso dos transportes, a redução do consumo de combustíveis derivados do petróleo, com a tecnologia actualmente existente, de modo a garantir a captura



máxima da cadeia de valor pelas empresas portuguesas, não será fácil nem rápida, e terá que ser alcançada através da adopção conjunta das seguintes medidas:

1. Um ganho progressivo de quota de mercado pelos modos ferroviário e marítimo para o transporte de mercadorias, o que exige modificações importantes ao nível da organização e gestão do sistema ferroviário em Portugal e nos outros países Europeus, e ainda o estabelecimento de um programa de adaptação das linhas ferroviárias existentes (e suas extensões aos Portos) para permitirem a circulação de comboios de mercadorias de bitola internacional, o que na maioria dos casos pode ser conseguido através da instalação do 3º carril, com travessas bi-bitola, sobre a plataforma existente.
2. A preparação e adopção de Planos de Mobilidade Urbana que permitam um muito maior grau de auto-sustentação financeira desse sistema de Mobilidade Urbana e conjuguem a oferta de transporte colectivo tradicional de qualidade para o serviço dos fluxos mais densos e de transportes intermédios (com partilha de veículos de menor dimensão pelos viajantes), com a recuperação das condições de fruição dos modos suaves e a gestão competente do estacionamento como recurso escasso. Os ganhos possíveis por esta via em que se pretende conciliar o interesse público no uso do espaço viário e no consumo de energia, com o interesse individual na fluidez e rapidez das deslocações, são muito maiores que os decorrentes da mudança das tecnologias.
3. Uma aposta nos biocombustíveis para reduzir o recurso aos derivados de petróleo na frota actual. A produção nacional, utilizando as Universidades como agentes de dinamização de novas culturas, juntamente com a plena utilização dos planos de irrigação previstos, aproveitando os estímulos do mercado internacional de proteaginosas e oleaginosas, e a produção em parceria com os PALOP de matéria-prima para os biocombustíveis, abre perspectivas interessantes no sentido da cobertura parcial do risco do aumento da factura petrolífera e, em simultâneo, contribuir para o desenvolvimento económico das zonas rurais, produzindo emprego permanente e alimentos, quer em Portugal quer nesses países. Reconhecemos com satisfação que o actual Governo inscreveu esta prioridade no seu Programa.
4. Poder-se-á assim ambicionar a criação de um dos principais *clusters* mundiais de biocombustíveis líquidos, quer seja de etanol ou de biodiesel, que permita resolver a crescente carência de hidrocarbonetos e consequente aumento de seu custo, devido à dinâmica procura dos BRIC e que ameaça hoje uma possível nova recessão mundial. Tal permitiria diminuir a dependência alimentar em Portugal e nesses países e, utilizando os seus subprodutos, produzir biocombustíveis cobrindo o risco do aumento



da factura petrolífera e, em simultâneo, contribuir para o emprego e o desenvolvimento económico das zonas rurais produzindo emprego permanente e alimentos, quer em Portugal quer nesses países.

5. O biodiesel ou o bioetanol são formas alternativas ao gasóleo e à gasolina, que têm matéria-prima diferente e processos de fabrico distintos dos combustíveis de origem fóssil, e que por essa razão devem ser promovidos como concorrentes, não sujeitos à mesma fiscalidade que existe precisamente para promover as alternativas. E não exclusivamente por incorporação limitada através dos canais de distribuição dos combustíveis minerais, dominados pelos incumbentes que extraem assim uma renda da sua posição dominante sem pôr em causa essa posição de domínio.
6. A maior presença no mercado nacional de produtos concorrentes aumentará a pressão competitiva num mercado hoje pouco ou nada concorrencial, permitindo o aumento das exportações dos derivados de petróleo, movimento que tem vindo a ser acentuado pela quebra do consumo interno, e muito em especial junto à fronteira onde tem sido canibalizado pela oferta de produtos com menor fiscalidade no mercado espanhol.
7. Haverá para isso, que assegurar igualmente uma maior presença portuguesa nos grupos de decisão técnica do mercado europeu dos biocombustíveis para uma maior defesa da especificidade portuguesa e do sul da Europa, onde infelizmente temos estado ausentes.

A REFORMATÇÃO NECESSÁRIA DO SECTOR ELÉCTRICO


8. O objectivo do mercado é assegurar que as necessidades sejam satisfeitas com a maior eficiência possível, estimulando em permanência a capacidade de gestão e de inovação na procura de soluções sempre melhores com um consumo de recursos optimizado, através da pressão competitiva: *more value for money*. Exactamente o contrário do monstro que se criou, em que toda a produção eléctrica é gerida politicamente e directa ou indirectamente subvencionada.




ESTANCAR A DERRAPAGEM DOS CUSTOS, REPOR O MERCADO A FUNCIONAR

9. Os sobrecustos impostos ao sistema eléctrico, decorrentes das subvenções às tecnologias de Produção em Regime Especial (PRE) com destaque para a eólica e a fotovoltaica, a que se somam os custos decorrentes de uma deficiente utilização dos centros térmicos convencionais, induzida pela intermitência de grande parte da PRE, traduzida nos CAE, nos CMEC e na “garantia de potência” criada pela Portaria nº 765/2010, totalizam desde 2005 mais de 7000 milhões de euros.
10. Aos sobrecustos ratificados por legislação e mencionados no ponto anterior, há que adicionar os perto de 5000 milhões de euros de investimento em albufeiras hidroeléctricas do premeditado excesso de energia eólica e solar, recorrendo à bombagem, processo em que 25% da energia acaba por ser dissipada em perdas técnicas, sem esquecer o sobreinvestimento realizado pela REN na sua rede eléctrica, necessário ao transporte das massivas mas ocasionais quantidades de energia entre esses parques eólicos e solares e as hidroeléctricas reversíveis de bombagem.
11. **O Estado português não pode continuar a permitir a celebração de contratos eólicos a preços políticos garantidos para os respectivos produtores, à custa dos consumidores e da economia nacional.** A energia eólica deverá começar a entrar na rede a preços de mercado. **Apenas com a retirada da prioridade absoluta dada, por disposição legal, às energias renováveis, se poderá repor o mercado a funcionar,** transferindo-se a obrigação de compra da electricidade renovável para os intermediários com capacidade de armazenagem hídrica, que então iriam ao mercado em igualdade de circunstâncias com os outros operadores, sem quaisquer subsídios, implícitos ou explícitos.
12. Ora, a iminente privatização do último bloco accionista público da EDP poderia permitir transformar uma responsabilidade (os contratos de aquisição de energia aos promotores eólicos) num activo, considerando o valor comercial que um importante portefólio de geração de carbono zero tem para as empresas sujeitas ao mecanismo de Comércio Europeu de Licenças de Emissões (ETS).


CONSIDERAR TODAS AS OPÇÕES SEM TABUS.

- 
13. O mercado livre é não só compaginável, como exige uma visão estratégica de futuro devidamente fundamentada em termos tecnológicos e económicos. Tendo a energia eólica atingido já uma potência instalada em Portugal da ordem de 4120 MW, qualquer novo escalão de potência eólica exige uma triplicação do investimento relativamente à potência instalada, para além de um reforço substancial das redes, de forma a assegurar um fornecimento regular do mercado. É pois necessário proceder a um estudo sério e aprofundado sobre as opções que o país deverá tomar.
 14. De facto, como a energia eólica e a solar são intermitentes e incontroláveis, tem de haver um *backup* de centrais cuja fonte primária seja armazenável, de forma a cobrir as falhas do vento ou do sol. Por exemplo, ou centrais térmicas a gás natural e a carvão, ou centrais hidráulicas com albufeira, as quais, para o efeito, terão de ser dotadas de grupos reversíveis capazes de consumirem a energia eólica nas situações em que esta se revele excessiva relativamente ao consumo de electricidade da rede, normalmente durante a noite. Para além disso, exigem também um pesado investimento em redes de transporte dos pontos em que existe recurso eólico para os centros de consumo, ou para as barragens de armazenagem.
 15. O gás natural tem um peso muito importante na composição do custo do kWh produzido nas centrais de ciclo combinado (cerca de 80 %) mas tem um custo de capital e uma rapidez de construção muito favoráveis em relação às outras tecnologias. Nos anos mais recentes uma nova tecnologia de produção de gás natural a partir de rochas xistosas (*shalegas*) tem permitido manter as cotações do gás a níveis historicamente baixos, de tal forma que o desenvolvimento da geração renovável nos Estados Unidos se vê hoje comprometido face às expectativas criadas pela eleição do Presidente Obama. **Note-se que existem indícios da existência de gás natural de xisto no litoral e costas portuguesas**, pelo que será necessário proceder à avaliação da extensão dessas reservas e do seu potencial real de exploração económica.
 16. O potencial da biomassa, que é uma fonte de energia renovável e facilmente armazenável, é muito significativo em Portugal em termos de produção de electricidade e calor, tendo ainda um grande potencial de criação de emprego local e permanente com contrapartida de menores investimentos em equipamentos importados. Apesar de na maioria dos países europeus com considerável recurso a energias renováveis a biomassa estar em equilíbrio com a eólica, em Portugal existem apenas 5 centrais de biomassa dedicadas (não incorporadas em áreas fabris), cuja matéria de queima é sobretudo o combustível residual florestal deixado nas florestas, reduzindo o inferno dos incêndios e cujo peso no défice tarifário não tem expressão.



De acordo com vários estudos, a gestão otimizada das florestas e de outras zonas actualmente abandonadas, bem como da limpeza preventiva de fogos, permitirá no horizonte de 2020 alimentar uma potência eléctrica da ordem de 1.500 MW com criação de emprego directo e indirecto significativo. Este seria o tipo de energia renovável a apostar no futuro bem como adequar a existência de uma fileira logística da apanha da biomassa controlada e eficaz.


17. Por outro lado, muitos países mantiveram a opção da energia nuclear pela sua competitividade intrínseca e insensibilidade do custo final do kWh às flutuações do custo da matéria-prima. A recente crise de Fukushima obriga a que a opção nuclear seja cuidadosamente escrutinada face às questões de segurança, que 26 anos depois de Chernobil se levantaram agora no Japão. No entanto, é necessário ter presente que a energia nuclear constitui a fonte primária mais importante para a produção de electricidade na Europa, garantindo cerca de 30 % do total, razão pela qual o seu eventual abandono não pode ser decidido sob a pressão das circunstâncias. Além disso, a perspectiva de virem a ser instaladas centrais mais evoluídas e muito mais seguras, de 3ª e 4ª geração, também não justifica um abandono definitivo da opção nuclear.
18. Apesar de a Alemanha e a Suíça terem anunciado o abandono da opção nuclear, a verdade é que na Europa, a Suécia, a Finlândia, o Reino Unido, a Polónia, a França, para além da totalidade dos países de leste, declararam a manutenção dos seus planos de novo investimento em centrais nucleares. Uma das principais razões é a impossibilidade reconhecida de se poderem diminuir as emissões de gases de efeito de estufa, com o abandono da opção nuclear. O outro argumento determinante é a competitividade intrínseca desta forma de energia. A título exemplificativo, os Emiratos Árabes Unidos adjudicaram recentemente à Coreia do Sul quatro centrais nucleares por um valor unitário de 3500 milhões de euros, cada uma das quais capaz de gerar 11,4 TWh por ano, durante um período de vida de 60 anos e a preços de 30,3 USD/MWh, ou seja, 24 Euros/MWh, valores muito inferiores aos que são praticados no mercado ibérico. Quer os Emiratos, quer a Coreia do Sul, têm dimensões geográficas semelhantes à de Portugal. A Coreia tem 20 centrais nucleares em funcionamento e 6 em construção, assentando na energia barata a sua dinâmica capacidade exportadora.
19. **Na verdade, não há nenhuma razão técnica para que em Portugal não se considere a análise da energia nuclear no estudo das diversas opções possíveis para a produção de energia eléctrica, sendo que todos os signatários estão conscientes de que um País só tem o direito de construir uma central nuclear, se – entre outros requisitos e outras razões de ponderação - dispuser de um organismo do Estado técnica e politicamente independente que domine, licencie e supervise a respectiva**



construção, operação, protecção e segurança.

O POTENCIAL REALISTA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

20. Apesar dos esforços e dos anúncios sobre o potencial de uma utilização mais racional da energia, a verdade é que não têm sido observadas melhorias da eficiência energética que não tenham tido origem numa crise económica, ou numa incorporação natural e incremental de tecnologias mais eficientes. Por exemplo, em 2010, para um crescimento económico débil, verificou-se um aumento de quase 5 % do consumo de electricidade.
21. Sublinhe-se ainda que em 2009, de acordo com os dados da DGEG, se verificou uma redução de 1,6% na eficiência energética global do país. Tal facto ficou a dever-se às perdas de cerca de ¼ da energia consumida na bombagem de água para albufeiras, na tentativa de aproveitar a energia eólica. Nada disto impede todavia que devam ser feitos todos os esforços em matéria de eficiência energética, nomeadamente numa arquitectura reguladora que incite ao comportamento mais eficiente por parte dos consumidores domésticos e industriais, colocando a questão numa perspectiva tecnológica correcta.
22. É difícil poupar o que não se pode medir, e por isso a acção mais eficaz para conseguir uma melhoria da intensidade energética é a disseminação generalizada de contadores de energia digitais que permitam a contagem síncrona em todo o parque de contadores. Esse facto permite calcular, comparar e processar consumos, para várias finalidades, incluindo os trânsitos de energia na rede e a detecção de fraudes, induzindo igualmente um comportamento mais informado e responsável pelos consumidores. A esse propósito é urgente a regulamentação do Operador Logístico de Mudança de Comercializador numa plataforma independente, previsto na legislação desde 2006 e nunca concretizado!
23. A inegável contribuição da cogeração para uma melhor eficiência do país tem igualmente que ser abordada, uma vez que as políticas erradas seguidas até agora criaram um legado de direitos e de problemas que há que limitar e repor a funcionar numa base sustentável. É imperioso que se procure alcançar a sua correcção tendo em atenção as características das instalações e no quadro dos requisitos estabelecidos no memorando da *troika*. Acções de auditoria deveriam ser realizadas a nível nacional




confirmando a existência de real cogeração, e assim eliminar os apoios às falsocogerações, e às cogerações a fuelóleo já perfeitamente amortizadas, com eficiência baixa e trabalhando apenas nas horas de ponta e cheias. Outras alterações tarifárias deveriam ser revistas tendo em conta o investimento por MW de uma unidade de grande potência e de uma unidade de pequena dimensão utilizada numa indústria PME.

24. Para o futuro, a questão que se coloca é se deverá haver alguma tarifa especial para a cogeração, contra apenas a facilitação e simplificação administrativa para quem, a seu risco, queira instalá-la em alternativa ao fornecimento por terceiros da energia necessária. Evitar-se-ia assim toda uma máquina administrativa substituindo-a pelo teste último do mercado. É possível ter o kWh mais barato do que os comercializadores oferecem, ou não? Se sim, não é necessário ir buscar ao sistema um apoio adicional, de que a instalação de cogeração, se estiver bem dimensionada, não necessita.

O POTENCIAL REALISTA RENOVÁVEL DO PAÍS


25. A redução de importação de carvão por via da produção eólica deve ser comparada com os encargos financeiros adicionais do quádruplo investimento (eólico – bombagem – térmica de apoio – redes de transporte) o que, no caso das térmicas, leva essas centrais a funcionar em regime sub-ótimo com capacidades ociosas. Não há assim poupança bruta, mas apenas a substituição de umas importações por outras.
26. Em Portugal criou-se uma situação de “overkill”, que em grande parte justifica a declaração do Conselho Tarifário da ERSE. E chegou-se ao ponto de garantir uma “renda” às centrais térmicas, quer trabalhem quer não.
27. Em suma, a pretensão de atingir 60 % de produção renovável em 2020, tal como consta no PNAER aprovado pelo anterior Governo, com base apenas nas tecnologias eólica e solar, negligenciando totalmente as formas térmicas para produção de calor e electricidade, muito mais férteis na incorporação de valor, constitui um enorme erro que vai tornar o sistema eléctrico extremamente caro e de muito difícil gestão técnica, devido à volatilidade daquelas formas de produção renovável. Portugal é o país do Mundo com maior relação entre energia renovável e o consumo médio. Significa que tanta potência renovável exige mais potência térmica de reserva e ainda de




bombagem para tentar resolver desequilíbrios momentâneos e recuperar excedentes de produção.

CONCLUSÕES

28. Num período crucial para a reforma da economia nacional, as opções de política seguidas até agora em nada reduziram a persistente dependência energética do país. O aumento do preço das matérias-primas cria uma ameaça maior à reestruturação em curso, anulando o bom comportamento das exportações. Urge consolidar e materializar o desenvolvimento das acções que permitam reduzir as importações de petróleo no sector dos transportes, tal como o actual Governo inscreveu no seu programa, mas isso exige intervenções bem mais complexas e abrangentes que a simples mudança de tecnologias ou os habituais apelos à utilização dos modos energeticamente mais eficientes mas que (ainda) servem menos bem os seus clientes.
29. São necessários estudos públicos que escrutinem o impacto do PNAER. É necessário contabilizar os sobrecustos escondidos da estratégia seguida: enorme esforço de investimento em rede de transporte, com baixa utilização; problemas e custos acrescidos de centrais de reserva; problemas na gestão dinâmica do sistema para compensar variações bruscas de produção renovável; maior risco de falha do sistema.
30. É de estranhar que Portugal seja na Europa um campeão das novas renováveis. Se a opção fosse assim tão boa, porque razão é que os outros países, bem mais ricos e desenvolvidos e dotados de um bastante melhor recurso eólico, não adoptaram a mesma política, estando mesmo a abandoná-la, como é o caso da Holanda?
31. As energias renováveis têm o seu papel, que não deixa de ser importante e deverão ser utilizadas e fomentadas desde que exista racionalidade técnica e económica. Não podem é ser encaradas como uma mera bandeira política, contribuindo para o agravamento da nossa situação económico-financeira. **Não devem assim ser celebrados pelo Governo português mais contratos de fornecimento de energia, com preço garantido, a partir de energias renováveis.** Os novos investimentos em energias renováveis devem contar apenas com os preços de mercado. Igualmente, e à medida que forem caducando, não devem ser renovados os contratos de energias renováveis com preços garantidos, caso contrário serão os portugueses mais pobres os que mais sofrerão, por insistirmos em produzir energia cara.

- 
32. O expediente que tem sido adoptado pelo Governo português para evitar subidas acentuadas das tarifas, sem tocar nos privilégios dos electroprodutores, é o de adiar no tempo a repercussão nas tarifas da totalidade dos sobrecustos nelas incluídos. Tal como nos recorda a *troika*, essa "solução" nada resolve, apenas adiando a cobrança dos encargos excessivos que são suportados pelo resto da economia. Cria défices tarifários, os quais ainda por cima são remunerados, gerando encargos com juros que terão de ser suportados pelo resto da economia, que assim terá que suportar uma nova fonte de encargos do sector. O crescimento exponencial desse défice (propulsionado pelos respectivos juros) põe em causa a sustentabilidade do sector eléctrico, o qual - via consumidores - fica ainda mais vulnerável a choques externos. O respectivo financiamento, a ser obtido pela já altamente endividada EDP, encontra-se longe de estar assegurado no actual contexto financeiro. Mas uma coisa é certa: como a EDP se vê obrigada a titularizar junto da banca portuguesa todos os défices tarifários, o crescimento destes, no actual contexto de crise de liquidez e de desalavancagem do sector financeiro, irá absorver os já escassos recursos disponíveis para crédito, que assim é desviado do sector produtivo em favor da manutenção dos privilégios dos electroprodutores. Mais défice tarifário implica, pois, menos financiamento às empresas, menor crescimento económico e, em resumo, asfixia dos consumidores e das empresas.
33. Recordamos que esses privilégios se materializam através:
1. Dos CMEC e dos CAE, que garantem aos produtores as mesmas rendas que auferiam em regime de monopólio, mesmo após a liberalização do sector;
 2. Das garantias de potência, que atribuem uma renda a centros electroprodutores criados em regime de mercado, quer produzam ou não, tornando-se assim mais um custo ocioso do sistema;
 3. De tarifas garantidas e prioridade absoluta no despacho à produção em regime especial (PRE) que subverte o funcionamento de um mercado, cuja lógica e principal vantagem na correcta alocação de recursos e sinal adequado aos seus actores se baseia no princípio do mérito económico no despacho.
34. Em suma, a não corrigir-se a situação, só há duas hipóteses: o aumento de tarifas da ordem dos trinta por cento para os domésticos e superior a esses valores para as empresas (segundo declarações do Ministro da Economia), o que é absolutamente insuportável face ao rendimento disponível das famílias e insustentável em termos de competitividade das empresas; ou geração de défices tarifários que se estimam superiores a 3 000 milhões de euros a adicionar ao já existente, gerando uma dívida brutal dos consumidores à EDP, visto que o défice tarifário constitui um crédito da EDP sobre os consumidores que a empresa vai tentar vender à banca portuguesa. Esta dará



prioridade a esse financiamento, porque tem cobertura estatal, o que poderá implicar um sério prejuízo para a economia em geral pois significa o desvio de financiamento das empresas (para quem já é terrivelmente escasso) para a EDP. **Se o Governo não começar já a cortar no monstro eléctrico, tal irá ter gravíssimos custos que não são sustentáveis para todos nós, empresas e famílias.**

35. Por outro lado, a situação descrita no número anterior irá certamente ter um impacto significativo no processo de privatização da EDP. Um dos elementos significativos do balanço da EDP (o tal défice tarifário que poderá alcançar cerca de 5000 milhões de euros muito rapidamente, a partir dos 2700 milhões já aceites para o ano corrente) tem dificuldades em conseguir financiamento pela banca portuguesa, num contexto dramático de falta de liquidez. O mercado já percebeu os riscos desse activo da empresa (o défice tarifário) e isso já é reflectido na evolução decepcionante da cotação das respectivas acções. Mas se, por absurdo, os novos investidores minimizarem esse risco e o governo conseguir por essa via maximizar o encaixe financeiro, a empresa irá operar num contexto de renda de situação e de contínua geração de défices tarifários totalmente incomportáveis para os consumidores e para as empresas, o que configurará uma privatização num contexto económico sem sustentabilidade a prazo.

Os signatários não hesitaram em publicar as suas reflexões quando sentiram que isso era essencial para corrigir o errado trajecto da política seguida. Vêm de novo colocar de uma forma construtiva à disposição do Governo estas reflexões sobre as insuficiências do modelo actual e dos seus efeitos directos e indirectos sobre a competitividade económica e as contas nacionais.

O país precisa urgentemente, para ser competitivo e socialmente equilibrado, de ter energia suficiente a preços competitivos. Há pois que rever toda a política energética, com base em custos reais e avaliar o potencial de todas as alternativas nas suas modernas opções tecnológicas.